

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.191 - SP (2019/0017099-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FDC ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRANQUIAS
LTDA
ADVOGADOS : SUSANNE KLEMZ ADAM E OUTRO(S) - SC018573
AURIANETE CAMBOIM DE MACENA - SC019831
AGRAVADO : C A M
AGRAVADO : M A M
ADVOGADOS : VALTAIR DA CUNHA E OUTRO(S) - SP116339
JULIANO EDUARDO PESSINI - SP176762

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Franquia - Contrato - Rescisão - Deserção da ré - Recolhimento insuficiente do preparo - Responsabilidade da franqueadora caracterizada - Parcial procedência - Ressarcimento decorrente da aquisição de bens móveis e indenização por danos morais - Descabimento - Sentença mantida - Apelo dos autores desprovido, não conhecido recurso da ré.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, alega a parte ora agravante violação dos arts. 8º, 11, 272, § 2º, 4º e 8º, 280, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação no julgado recorrido. Aponta nulidade da intimação, indicando que ela foi efetuada de forma contrária aos ditames legais. Afirma que "considerando-se que o ato de fls. 893 fora firmado por procuradora que possuía apenas substabelecimento para promover a retirada de fotocópias, entendia que não haveria poderes suficientes para firmar a referida petição a fim de requerer a intimação exclusiva em nome da Requerente (fls. 895), motivo pelo qual, suscitou a questão, como matéria de ordem pública, em embargos de declaração" (fl. 1.168).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa ao arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

Ao afastar a pretensão em análise, a Corte local registrou que (e-STJ, fl. 1.135):

Não há qualquer nulidade a ser declarada com respeito a publicação do despacho de fls. 986/988, salientando-se que as publicações foram realizadas em nome da advogada indicada, Doutora Aurianete de Camboim Macena, inscrita na ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção de Santa Catarina, sob o número 19.831, tal como expressamente requerido a fls. 893. Em dita petição foi postulado:

"requer que da capa do processo e das futuras publicações e intimações, permaneçam em nome da AURIANETE DE CAMBOIM MACENA OAB 19.831, como advogado da Exequente, independentemente do(a) advogado(a) que juntamente com aquele venha subscrever as peças processuais, SOB PENA DE NULIDADE DO ATO".

Não há, enfim, qualquer irregularidade na intimação enfocada, salientando-se que o fato de constar uma letra incorreta na publicação não é o suficiente para invalidar o ato, tendo constado corretamente o número de inscrição na OAB.

Conforme se depreende, a Corte local entendeu que não houve nulidade alguma na intimação, salientando-se que o fato de constar uma letra incorreta na publicação não é o suficiente para invalidar o ato, tendo constado corretamente o número de inscrição na OAB. Destaco também que havia pedido expresse para que as

publicações fossem realizadas no nome da advogada ora indicada nos autos.

Nesse sentido, inviável acolher a alegação de nulidade da intimação. Consoante a jurisprudência deste Tribunal, havendo mais de um advogado habilitado a receber intimações, é válida a publicação em nome que qualquer um deles. Apenas quando há pedido expresso de exclusividade vislumbra-se hipótese de nulidade.

A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REDIBITÓRIA C/C DECLARATÓRIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. NULIDADE ABSOLUTA DOS ATOS PROCESSUAIS POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO PRÉVIO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. INEXISTENTE.

1. O prazo para interposição do recurso especial é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do acórdão recorrido.

2. Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono, o que não é o caso dos presente autos (AgRg no REsp n. 1.496.663/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28/08/2015).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1042645/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. AUSÊNCIA.

1. Ao se substabelecer uma procuração com reserva de poderes, todos os advogados, seja o substalecente ou substalecido, podem ser intimados de qualquer despacho ou decisão no processo, a não ser que haja pedido em contrário.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 480.092/PA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 02/STJ. PENSÃO MILITAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGADA NULIDADE ABSOLUTA DOS ATOS PROCESSUAIS POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECE A VALIDADE DA INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE UM DOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO DE PUBLICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE EM NOME DE UM DOS ADVOGADOS. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL DO STJ. EXAME DA EXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO DE PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono.

2. A mera existência de requerimento expresso de publicação em nome de um ou outro patrono, AUSENTE A CLÁUSULA DE "EXCLUSIVIDADE", não enseja a nulidade do ato de intimação que se dá em nome de outro advogado regularmente constituído nos autos.

3. Precedentes: AgRg nos EAREsp 426.332/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2015, DJe 15/12/2015; AgRg no REsp 1533352/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 14/09/2015; AgRg no REsp 1.496.663/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015; AgRg nos EDcl no REsp 852.256/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 28/02/2011; RMS 21.444/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2009, DJe 29/04/2009.

4. O exame da alegada existência de requerimento específico para que as futuras publicações se dessem exclusivamente em nome de

determinado patrono, demanda o necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via estreita do recurso especial, por força do óbice da Súmula 7/STJ. Precedente.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1575234/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 09/05/2016.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTES TRIBUNAL QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA

1. (...).

3. Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono. (AgRg nos EDcl no REsp 1575234/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 09/05/2016) 4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1051395/RN, Rel. MINISTRO MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 2/3/2018)

Incide, portanto, o óbice do enunciado 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo sucumbência recíproca na origem, deixo de proceder à majoração dos honorários advocatícios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora